

## Dossiê

# Feminismo e neoliberalismo na contemporaneidade: uma “nova razão” para o movimento de liberação das mulheres?

*Feminism and neoliberalism in contemporary times: a “new way” for the women’s liberation movement?*

**Fernanda Luíza Silva de Medeiros**

Mestra em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília  
Professora do curso de Relações Internacionais do Centro  
Universitário de Brasília (UniCEUB)  
Pesquisadora do Centro de Estudos de Gênero e Relações Internacionais  
(CEGRI)  
medeirosfls@gmail.com

**Resumo:** Com o advento da globalização e a crescente desconfiança em relação ao Estado e ao capitalismo estatal, contra quem se opunha a 1ª onda do movimento feminista no século XX, o movimento de liberação das mulheres passou a agir com ambiguidade em relação ao capitalismo. Ainda que essa relação ambígua tenha atingido seu ápice no final da 2ª onda feminista, é na 3ª fase do movimento que ela resulta em uma relação mais complexa entre o feminismo e o neoliberalismo, indicando pontos em comum e pontos de conflito entre os dois. Assim, este artigo busca responder à seguinte questão: como se dá a relação entre a terceira onda do movimento feminista e o neoliberalismo? Por meio de revisão bibliográfica atualizada, identificou-se três principais dimensões desta relação. Primeiro, a *barganha*, em que há uma troca de princípios e ideais entre o neoliberalismo e o feminismo; nesse caso, a troca é horizontal e ocorre como uma absorção de ideias. Em segundo lugar, a *instrumentalização*, em que o movimento feminista foi cooptado pelo neoliberalismo, sendo utilizado como ferramenta de expansão pelo capitalismo na área econômica e como bandeira do individualismo na área política. Por fim, a *reafirmação identitária*, em que o movimento feminista na terceira onda apresenta preceitos pós-modernos focados em elementos identitários e, por isso, transita entre o individualismo neoliberal e a coletivização dos movimentos sociais.

**Palavras-chave:** feminismo; neoliberalismo; terceira onda; governamentalidade.

**Abstract:** Alongside globalization and the rising distrust before the State and state capitalism (whom the first-wave of the feminist movement opposed), the feminist movement began acting ambiguously towards capitalism. Even if this relationship peaked at the second-wave of the movement, it is at the third-wave that begins a more complex relationship between feminism and neoliberalism, indicating points of agreement and of conflict. Thus, this paper aims to answer the following question: how can the relationship between third-wave feminism and neoliberalism be described nowadays? Three main dimensions of this relationship were identified. *Bargain* (i), in which there is an exchange of principles and ideals between feminism and neoliberalism; in this case, such exchange is horizontal and it happens as an absorption of ideas. *Instrumentalization* (ii), a case in which the feminism movement is co-opted by neoliberalism, being used as a tool of expansion by capitalism in both the economic and political spheres. Finally, *identity reaffirmation* (iii), in which the feminist movement of the Third Wave presents post-modern principals and, consequently, walks the line between individualism and the collectivization of social movements.

**Keywords:** feminism; neoliberalism; third wave; governmentality.

## 1. Introdução

Em 2013, a cientista política Nancy Fraser publicou no jornal *The Guardian* o artigo *Como o feminismo se tornou a criada do capitalismo – e como recuperá-lo*. Nele, Fraser critica a associação entre o feminismo e o neoliberalismo, fruto do entendimento mútuo de que o capitalismo gerido e guiado pelo Estado precisava ser combatido. Assim, de acordo com a autora, o feminismo se tornou veículo de ideais neoliberais como o individualismo, o carreirismo, a responsabilidade individual sobre o bem-estar e a politização de questões pessoais. Nancy Fraser publicou essas ideias também na revista *New Left Review* e em seu livro *Fortunes of Feminism* no mesmo ano de 2013.

Ainda que críticas possam ser levantadas em relação ao argumento da cientista política, a problemática apontada pela autora é pertinente à discussão atual sobre os rumos do feminismo, bem como ao impacto que o movimento de liberação das mulheres teve sobre a igualdade de gênero nas últimas décadas. Reconhecidamente, são muitas as autoras, das mais variadas áreas das Ciências Sociais e Humanas, que se voltaram às ramificações dessa relação próxima entre o feminismo atual – geracional e cronologicamente classificado como feminismo da 3ª onda – e o neoliberalismo (cf Brady, 2016; Budgeon, 2015; McRobbie, 2015; Rottenberg, 2013). Este trabalho se propõe, portanto, a reunir essas perspectivas em uma revisão bibliográfica sobre a relação entre feminismo e neoliberalismo e, a partir disso, sintetizar as principais características da mesma.

Para que tal objetivo seja cumprido, torna-se necessário também explicar como uma noção abstrata como o neoliberalismo, que se inicia como um movimento intelectual, pôde afetar movimentos sociais e a vida dos indivíduos. Assim, o conceito foucaultiano de governamentalidade torna-se fundamental para a compreensão desse processo, uma vez que explica como técnicas de governo podem afetar a vida, a mente e o corpo dos indivíduos sobre os quais elas são aplicadas (Lemke, 2001; Roy; Steger, 2010: 12). Considera-se como necessário, também, apresentar os diversos significados do termo ‘neoliberalismo’ e sua evolução histórica. Entende-se que o ápice da onda neoliberal é a década de 1980, com os governos de Ronald Reagan (1981-1989) e Margaret Thatcher (1979-1990) e com a prescrição de políticas neoliberais a países em desenvolvimento (cf Pierre; Dardot, 2013). Não se pretende, no escopo deste trabalho, ponderar os efeitos positivos ou negativos de tais políticas neoliberais, mas sim o efeito *de facto*, potencializado pela globalização, que tiveram sobre a sociedade (cf Fiori, 1997; cf Gildin; Panitch, 2012). Esse longo processo intelectual, político e econômico levou à normalização da ideia do *homo economicus*, o homem econômico, e isto baseia a “nova razão do mundo”, de acordo com Pierre Dardot e Christian Laval (2013). Questiona-se, precisamente, se esta nova razão se estendeu ao movimento feminista, criando o ideal de uma *mulher econômica*.

Este artigo se organiza em quatro seções. A primeira se dedicará ao neoliberalismo e suas ramificações sociais. A segunda apresenta as principais problemáticas da relação entre feminismo e neoliberalismo. A terceira procura sintetizar essas informações e apresentar os três principais pontos da relação exposta anteriormente. Por fim, a conclusão retoma os principais pontos aqui discutidos.

## 2. Neoliberalismo, governamentalidade e a construção do homem econômico

O conceito de neoliberalismo apresenta complexidade, considerando-se que é uma palavra carregada de expectativas ideológicas – para muitos, *neoliberal* é um termo pejorativo. Assim, mesmo aqueles que se identificam com este arcabouço de princípio evitam se autodenominarem como neoliberal. Aqui, entende-se por *neoliberalismo* um sistema de paradigmas econômicos, com repercussões políticas e sociais, que se tornou

proeminente na década de 1980 e que representa uma radicalização dos princípios liberais de separação entre economia e Estado, e uma consolidação da interpretação e valorização do indivíduo como o homem econômico (Lemke, 2001: 200). Deste modo, esta seção se dedica a construir um breve panorama histórico-teórico do neoliberalismo, a partir de suas raízes no liberalismo clássico, e como ele vem a afetar a mentalidade dos indivíduos por meio do conceito foucaultiano de governamentalidade.

Antes de passar ao debate teórico acerca do neoliberalismo em si, entende-se como necessário refletir sobre as bases filosóficas que o compõem, isto é, a teoria liberal de mercado. Fundada principalmente no pensamento de Adam Smith e David Ricardo, essa teoria pressupõe, em termos leigos, a separação entre economia e política. Smith é o criador da noção de “homem econômico”, aquele cujas ações são motivadas por interesses racionais e materiais. Sendo o interesse material a força motriz da ação, a política e a economia deveriam não apenas ser diferenciadas, mas separadas, uma vez que a economia se faz superior à política por ser autogerida, não necessitando de um corpo de governo externo às suas atividades (Roy; Steger, 2010: 3). Esse homem guiado pelo autointeresse e pela racionalidade torna-se, no campo político, o homem da teoria política liberal. Seus direitos fundamentais são o direito à vida, à propriedade e à liberdade de expressão. O liberalismo político possui um elemento igualitário, que pressupõe que todos os homens são iguais; a noção liberal de cidadania trata a todos rigorosamente da mesma maneira, no campo teórico.

Já Ricardo produziu a noção de vantagem comparativa, algo que só existiria em um cenário de mercado totalmente livre. Seu argumento leva ao entendimento de que a interferência estatal é prejudicial à economia, porque gera vantagens artificiais na produção de determinado produto, desequilibrando o mercado. Nesse cenário, o governo deve ser espectador e, muito raramente e somente quando convocado, árbitro da competição (Roy; Steger, 2010: 3).

Ambos os pontos apresentam a noção de um equilíbrio que seria inerente ao livre-mercado. Entendia-se, pelo menos até o século XX, que a regulação e o protecionismo, ou qualquer outro tipo de mão visível, eram a fonte das crises e desequilíbrios nos mercados. Uma série de episódios críticos, sendo a queda da Bolsa de Nova York em 1929 o mais famoso, bem como a Grande Depressão que se seguiu, levou ao questionamento desses princípios liberais. É importante notar que não se encontra um consenso

absoluto sobre o que era o liberalismo e como este se aplicava à realidade (Dardot, Laval, 2013). Contudo, a maioria das interpretações da teoria liberal de mercado se resumia à necessidade de um mercado totalmente livre, sem interferência do Estado. Por conseguinte, há uma mudança significativa na relação entre Estado e mercado nas décadas a seguir, motivada pela percepção de que a teoria liberal teria limitações que a impediam de solucionar a crise econômica generalizada. Segue-se, então, um período onde cada Estado toma as rédeas da própria economia, com destaque para as ideias de Maynard Keynes sobre desenvolvimento e gasto governamental (Roy; Steger, 2010: 3-5). O mundo lentamente se recuperou da crise e as ideias de Keynes estiveram na base da fundação do Estados de Bem-Estar Social modernos. Ainda que cada país tivesse seu próprio modelo, mesmo que de um Estado de Bem-Estar parcial e restrito, nota-se à época o bom aceitação da noção de que o Estado não apenas é garantidor de direitos sociais, mas de que tem reservado para si o direito de investir e impulsionar a economia (Dardot, Laval; 2013; Roy, Steger; 2010: 3-5).

Como reação aos cinquenta anos do modelo keynesiano (Gindin; Panitch, 2012: 15), uma nova interpretação do liberalismo voltou a ganhar espaço, indicando que a troca de modelos econômicos, quando focada na gestão dos recursos de um país, é cíclica e responde a períodos de crise. Focada no argumento smithiano de separação total entre o Estado e o mercado, esse novo entendimento da teoria liberal também se estendia ao social, como resposta à crescente presença estatal na sociedade. Em seu início um movimento intelectual a partir da década de 1940, o liberalismo logo se tornou princípio fundador de políticas públicas nos Estados Unidos, sob o governo de Ronald Reagan (1981-1989) e no Reino Unido, com a primeira-ministra Margaret Thatcher (1979-1990) (Harvey, 2005). Graças à influência desses dois países no sistema e mercado internacionais, criou-se um “efeito cascata” de políticas neoliberais em boa parte do mundo. Não obstante, é neste período que surge o termo ‘Consenso de Washington’ para se referir à prescrição de políticas de controle fiscal e diminuição do Estado por parte de instituições financeiras internacionais a países em situação econômica frágil, como os da América Latina (Roy; Steger, 2010: 19; cf Cruz, 2007; cf Pereira, 2015).

Pierre Dardot e Christian Laval (2013) colocam que a necessidade de reinterpretar o liberalismo, dando-lhe nova nomenclatura, surge da falha do mesmo em compreender o sistema financeiro e empresarial contemporâneo, que desde a primeira crise do

liberalismo, na década de 1920, já apresentava ser incompatível com as leis de livre-mercado do liberalismo clássico. Assim, se necessitava de uma racionalidade que abarcasse novos cenários, como o capitalismo financeiro e a tecnologia de informação, presente já na década de 1980. É frutífero compreender o neoliberalismo, portanto, como uma releitura dos princípios liberais que permite a intervenção do Estado, ainda que mínima, visando regulação que impeça a instauração de crises e colapsos generalizados. A consideração de que o neoliberalismo é incompatível com a ação estatal é falaciosa, uma vez que desconsidera o processo histórico do qual o neoliberalismo é fruto (cf Weiss, 2012). Isso ocorre porque, diferentemente do liberalismo clássico, em que o mercado era regido por leis naturais, o neoliberalismo o entende como socialmente construído, permitindo, assim, a aceitação da ideia de intervenção estatal para a garantia de suas premissas, princípios e bases ideológicas (Lemke, 2001: 201; Roy; Steger, 2013). É uma ideia essencialmente contraditória – o Estado é necessário para o estabelecimento do sistema neoliberal, que busca justamente a diminuição gradual desse Estado até seu quase desaparecimento (cf Weiss, 2012). Entretanto, para que esse sistema político, social e econômico neoliberal seja aplicado, é frequentemente necessário que o Estado intervenha (Harvey, 2005: 69).

Assim sendo, considera-se o neoliberalismo como tendo três dimensões principais, de acordo com Manfred B. Steger e Ravi K. Roy (2010: 11). Elas são: uma ideologia, um conjunto de políticas públicas e um modo (técnica) de governar. Ideologicamente, as principais ideias neoliberais são aceitas por um grupo influente de pessoas como sendo uma representação fiel da realidade. Nesse caso, em nível público, essas ideias são o controle rígido de gastos do governo, a diminuição da atuação social do Estado – não do Estado como um todo – e dos serviços oferecidos por ele, a desregulamentação voltada para competição, a adoção de padrões internacionalmente reconhecidos e validados de moeda, notas bancárias, contratos e outros. Em nível privado, acredita-se na total separação entre o que é particular e o que é público, dando ao indivíduo autonomia para gerir a própria vida. É um entendimento não-estrutural de agência, em que o agente é um ser livre para tomar decisões sem constrangimentos externos. Aquele que poderia constrangê-lo, o Estado, deve ser vigiado e denunciado para não o fazer. Nota-se que tal entendimento desconsidera as diferenças estruturais que constroem os indivíduos, sejam tais diferenças relativas a gênero, classe, etnia, cor ou credo.

Como conjunto de políticas públicas, o neoliberalismo se refere principalmente às políticas prescritivas previamente mencionadas, que foram sugeridas ou exigidas por instituições financeiras internacionais para oferecer contrapartidas a países em situação econômica frágil (cf Rodrick, 2007). Essas políticas normalmente se organizam em torno de três pilares: desregulamentação, liberalização e privatização de empresas públicas (Roy; Steger, 2010: 14). Nas décadas de 1980 e 1990, uma onda de liberalização, desregulamentação e privatização se difundiu, como maneira de reverter as crises e perdas de capital iniciadas na década de 1970. A diminuição do Estado se torna objetivo principal do governo, e um Estado com capacidade de investimento é visto como predatório. Os efeitos de tais políticas não podem ser colocados sob uma perspectiva a-histórica e definidos como certos ou errados – antes, entende-se como imperativo avaliar o contexto econômico a que respondiam na época e seus efeitos de longo prazo. Se, reconhecidamente, a precarização do serviço público e o aumento da desigualdade são consequências reconhecidas dessas práticas, é necessário também considerar que os governos que decidissem não cumprir a cartilha de políticas públicas recomendadas dificilmente sobreviveriam econômica e financeiramente à reação negativa do mercado. Há benefícios e prejuízos intrínsecos a qualquer modelo econômico, uma vez que, conforme acima mencionado, estes respondem de maneira cíclica ao advento de crises e períodos de crescimento. Discutir as benesses deste ou daquele modelo econômico não faz parte do escopo amplo deste artigo.

Por fim, a dimensão do neoliberalismo que mais cabe à análise aqui realizada é a de técnica de governo, baseada na noção foucaultiana de governamentalidade (Foucault, 1997). Para o filósofo, esta representa a “maneira como a conduta de um conjunto de indivíduos esteve implicada, de modo cada vez mais marcado, no exercício de poder soberano”, e se refere à racionalização da prática estatal em conexão com a mentalidade liberal. Foucault esclarece que essa racionalização liberal parte do princípio de que o governo não deveria ser um fim em si mesmo, e mostra que há problemas originados quando esta prática se choca com fenômenos próprios dos seres vivos<sup>1</sup>.

A ideia de ‘governamentalidade’ evoca uma forma de governar baseada em uma série de premissas, lógicas e relações de poder e parte de um entendimento mais amplo sobre o que é o Estado e como este exerce poder e influência sobre os sujeitos. Essa

---

1 A tentativa de se racionalizar esses problemas é chamada por Foucault de ‘biopolítica’.

forma de governo não se dá mais apenas pela relação de participação e democracia, mas pelas relações burocráticas e, também, por meio das instituições voltadas para a propaganda desse conjunto de premissas, lógicas e relações de poder. Tais instituições, como escolas, universidades e organizações não-governamentais, adotam e expandem esse entendimento de governança (Rottenberg, 2013: 421; cf Souza Santos, 2002).

Ao abordar essa ideia, questiona-se a própria divisão entre o que é público e privado e como a relação entre poder e subjetividade não é mutuamente exclusiva (Lemke, 2001: 201). A governamentalidade neoliberal consiste em inserir o *rationale* pró-indivíduo e anti-Estado nas ações governamentais. Com a nova razão empresarial, conforme colocado por Dardot e Laval (2013), a linguagem e ideais do empreendedorismo são transportados para as relações entre Estados, entre Estado e indivíduo e entre indivíduos. Ademais, neste contexto, o Estado não é mais apenas árbitro ou vigilante do sistema de mercados, mas também está submetido a ele (Dardot; Laval, 2013).

Nesse sentido, assume-se também uma ideia de progresso que consiste na soma de todos os progressos individuais, em uma exacerbação do homem econômico liberal. Diferentemente do liberalismo mercantil de Smith e Ricardo, o neoliberalismo baseia-se não na troca, mas na competição entre os agentes. É pela competição que se dá o progresso, a prosperidade, o acúmulo de riquezas. Essa competição subjetifica a todos – indivíduos e Estados, sendo esses últimos facilitadores da aplicação dessas novas técnicas de governo tanto quanto submetidos a elas (Lemke, 2001; Dardot; Laval, 2013). O Estado passa a buscar superávit, eficiência e lucro sob a perspectiva de que o bem público representa a garantia desses elementos. Há a adoção da linguagem empresarial, com metas e planos estratégicos de ação por parte dos governos; o funcionário público é incentivado a se ver como um empregado auto-motivado. Por meio da aplicação de tais técnicas, essa *rationale* é estendida ao indivíduo. O neoliberalismo encoraja os indivíduos a agirem de maneira empresarial em suas vidas, em uma busca constante por autodeterminação e autoestima; este último, um conceito que se confunde com autoconhecimento. Assim, os males não são causados por problemas determinados pelo social, mas sim pela falta de autoestima do indivíduo (Lemke, 2001: 203). Cada um se torna, nesse contexto, responsável pelo próprio bem-estar.

Dessa forma, a ideia de governamentalidade expõe o neoliberalismo não apenas como um projeto econômico, mas sim como um projeto de construção da realidade

social e política que pretende exacerbar a identidade individual de maneira a transferir a responsabilidade social e o cuidado do Estado para o indivíduo (Lemke, 2001: 204). As mudanças geradas por essas técnicas de governo possuem profundas repercussões para os movimentos sociais e para o entendimento do indivíduo sobre si mesmo e a sociedade, produzindo cidadãos e padrões de comportamentos ligados à *rationale* neoliberal de competição, empreendedorismo e responsabilidade pelo próprio bem-estar. Assim sendo, a próxima seção abordará tais repercussões especificamente para o movimento feminista.

### 3. O feminismo da terceira onda: um feminismo neoliberal?

O debate a respeito da relação entre o feminismo e o neoliberalismo é profícuo, sendo esta há muito uma preocupação feminista (Newman, 2012: 3). Recentemente, esta discussão se tornou mais uma vez central na academia, seguindo a contenda pública a respeito de *como* as mulheres devem equilibrar as demandas profissionais de um mundo capitalista com as demandas tradicionais no âmbito familiar. Neste sentido, em 2013, Sheryl Sandberg, importante funcionária do *Facebook*, publicou o livro *Faça Acontecer: Mulheres, Trabalho e a Vontade de Liderar*, onde descrevia as dificuldades e desafios de ser uma mulher subindo a ladeira corporativa. O livro de Sandberg se tornou imediatamente um *best-seller*, figurando na lista de mais-vendidos em vários países, mas principalmente em sua terra-natal, os Estados Unidos. A comunidade acadêmica, porém, recebeu o livro de maneira mais crítica, apontando-o como um exemplo da nova roupagem 'neoliberal' do feminismo ocidental (Fraser, 2013; Rottenberg, 2013; Williams, 2013). O livro se tornou parte de um intenso debate sobre a individualização do movimento feminista, com críticas feitas por autoras como Anne-Marie Slaughter (2012), para quem os avanços para as mulheres seriam alcançados por meio de mudanças estruturais, e não por esforços individuais.

Muitos criticaram o fenômeno Sandberg como fruto da contradição gerada pelo feminismo da 2ª onda em conjunção com o feminismo da 3ª. No mesmo ano, a teórica Nancy Fraser (2013) publicou no jornal *The Guardian* um ensaio em que questionava se o feminismo havia se tornado a 'empregada' do capitalismo, principalmente a partir da 2ª onda. De maneira crescente, essa problemática se tornou parte da agenda de

pesquisa do feminismo, levantando questões sobre a relação entre feminismo e neoliberalismo, sobre as características do movimento de mulheres contemporâneo e sobre o legado do movimento de liberação feminina do século XX. Por conseguinte, esta seção se dispõe a conceitualizar o feminismo de segunda e terceira ondas, e expor como o neoliberalismo atuou na construção dos mesmos. Inicialmente, deve-se ressaltar que a divisão do movimento feminista em ondas é metodologicamente imperfeita e está sujeita a críticas, principalmente no tocante a recortes raciais e de classe.

Elizabeth Evans (2015) identifica cinco abordagens para melhor compreender o feminismo de ‘3ª onda’: cronológica, geracional, oposicionista, conceitual e ativista. De acordo com Evans (2015: 6), essas abordagens se interseccionam e se complementam, oferecendo uma análise mais completa do que seria o feminismo de 3ª onda. A auto-explicativa abordagem cronológica vê a 3ª onda como um movimento localizado no tempo – mais precisamente, entre as décadas de 1990 e 2000 (a 2ª onda se localiza nas décadas de 1960 e 1980).

As abordagens geracional e oposicionista dependem da 2ª onda para serem estudadas: a primeira trata a 3ª onda como um fenômeno jovem, que afeta mulheres jovens e faz um resgate ou rejeição da feminilidade como arma de empoderamento, a depender da vertente. A segunda trata a 3ª onda como uma reação à 2ª, elaborando críticas e problematizações em relação à falta de interseccionalidade (cf Collins, 2015), à ligação direta com movimentos de esquerda e à rejeição total de ideais de feminilidade presentes na 2ª onda. Por fim, a abordagem conceitual destaca a necessidade da compreensão de múltiplas identidades antagônicas e complementares, como gênero e raça, gênero e religião, gênero e orientação sexual, etc. Esta abordagem se conecta diretamente com a abordagem ativista, que busca a inclusão de minorias e defesa de direitos por meio do uso de *networking*, redes sociais e outras maneiras espontâneas ou não-organizadas de ativismo (Evans, 2015: 9).

A tipologia de Evans (2015) mostra uma conexão muito forte do feminismo de 3ª onda com aspectos identitários e com a 2ª onda, seja de maneira a criar uma continuidade, ou ao se opor totalmente às suas ideias. Dessa maneira, as sementes neoliberais que florescem no feminismo de 3ª onda vêm das décadas de 1970 e 1980 e, de acordo com Fraser (2013; 2009) são fruto de uma agenda em comum do feminismo e do neoliberalismo: a organização estatal da atividade econômica. De acordo com Fraser, ao

voltar-se para a organização da atividade econômica, o Estado reafirma a divisão sexual do trabalho (cf Beneria, 1979), instituindo uma separação rígida entre homens e mulheres no mercado de trabalho de acordo com o sexo biológico e as expectativas de gênero correspondentes. Isso é particularmente visível logo após a Segunda Guerra Mundial, no período de origem do Estado de Bem-Estar Social. Mesmo as tendências culturais e de moda da época apontavam para um recrudescimento dos papéis de gênero na sociedade e a uma conseqüente reafirmação da divisão entre público e privado que não raro confinava as mulheres ao ambiente doméstico e à criação dos filhos.

A segunda onda do movimento de liberação feminina se inicia precisamente na década de 1960, e enxerga no Estado um inimigo que é responsável pela manutenção do *establishment* fortemente influenciado por concepções de gênero (Fraser, 2009: 100). Aproximadamente na mesma época, surge também o movimento intelectual neoliberal, que se consolida como nova tendência político-econômica nas duas décadas seguintes. Ao compartilhar de uma agenda, os dois movimentos passaram por um período de transformação mútuo. As principais características político-sociais do neoliberalismo – responsabilização do indivíduo, o foco no homem econômico, a rejeição da interferência do Estado, a valorização da racionalidade humana, o entendimento do progresso como fruto de liderança, competição e cumprimento de metas – foram incorporadas e transformadas pelo e no feminismo, ao mesmo tempo em que foram firmemente rejeitadas por alguns grupos. Entende-se que essa transformação levou à divisão do movimento feminista em várias vertentes, sendo o feminismo neoliberal uma delas, mas não a única. Muitas vertentes são críticas do *ethos* neoliberal que tomou parte do feminismo, enquanto outras são críticas também dessa nomenclatura, e do argumento de Fraser – nesse caso, a autora é acusada de ter baseado sua análise em um único tipo de feminismo, geográfica e politicamente localizado (cf Schild, 2016).

Em *Faça Acontecer*, Sheryl Sandberg advoga pela necessidade de haver mulheres no “topo” da carreira, uma vez que isso facilitaria a ascensão de outras mulheres. Esse pensamento é válido no sentido em que a presença de mulheres em posições de poder gera efeitos positivos sobre a autoimagem e sobre as perspectivas profissionais de todas as mulheres. Contudo, a própria Sandberg alega que foi só quando chegou ao topo da carreira que passou a lidar com questões de gênero. Essa é uma abordagem essencialmente *top-down* – de cima para baixo – e depende que cada mulher,

individualmente, chegue ao topo para então questionar e modificar o establishment masculino (cf Rottenberg, 2013: 431).

O individualismo e o carreirismo são, de fato, efeitos que a lógica neoliberal produziu sobre o movimento feminista. Nesse caso, equaliza-se ‘empoderamento’ e ‘emancipação’ com sucesso profissional. Ainda que sucesso seja uma óbvia vitória do movimento de liberação das mulheres e deva ser observado e elogiado, é necessário reconhecer as problematizações inerentes à interpretação do feminismo como empoderamento profissional. Primeiro, tem-se um feminismo elitizado, voltado para as grandes executivas e mulheres com altos índices de escolaridade. Segundo, não há um recorte de raça, quando as maiores sociedades do mundo lidam com profundas clivagens criadas pela escravidão mercantilista que terminou apenas no século XIX. Por fim, exige-se que uma mulher encontre autoafirmação mediante o sucesso profissional, em uma perspectiva meritocrática.

A busca acrítica por empoderamento pessoal e não coletivo também levou à criação de um ambiente ultracompetitivo entre mulheres, uma noção que Angela McRobbie (2015) chama de ‘feminilidade competitiva’. A autora alerta para a existência de um ideal de perfeição construído e moldado exclusivamente para as mulheres, e uma subsequente competição entre as mesmas para alcançá-lo (McRobbie, 2015: 4). A autora coloca que, se antes uma mulher deveria ser boa mãe e dona de casa, “hoje lhe é exigido que seja boa mãe, boa dona de casa, bonita, bem-arrumada, com uma carreira de sucesso e com dois ou três *hobbies* interessantes”. De acordo com a autora, esse ideal é propagado incessantemente na televisão e no cinema, e revistas voltadas ao público feminino ainda reforçam a existência de uma perfeição que, ainda que pareça alcançável, não o é – principalmente porque ela gera uma competição não-saudável entre as mulheres, com os efeitos negativos superando os possíveis efeitos motivacionais. Em vez de problematizar e retrabalhar os papéis de gênero pré-definidos e os privilégios do gênero masculino, o feminismo se torna, nesse contexto, uma arena de autopromoção individual e, conseqüentemente, competição entre mulheres (McRobbie, 2015: 17). Catherine Rottenberg (2013: 428) conclui que o neoliberalismo injetou uma “busca pela felicidade” na *rationalité* feminista, felicidade esta que só surge quando a perfeição supracitada é alcançada: deve-se *fazer acontecer* na carreira profissional, mas de maneira

nenhuma isso significa deixar de lado a construção de uma família ou o bem-estar pessoal.

A competição também afeta o feminismo de maneira teórica. Em vez de acreditar que existem feminismos, no plural, e que atendem a diferentes realidades, tende-se a competir para determinar qual feminismo é mais apropriado, e qual levaria à “verdadeira” igualdade de gênero. Nesse discurso, entende-se qualquer outra vertente do feminismo que não a própria como ‘divisora’ e ‘contraproducente’, ou ainda mesmo como ‘falsa consciência’. O feminismo liberal, herdeiro direto da tradição da 2ª onda, se propõe a entender o gênero como o fator determinante na vida dos indivíduos. Ainda que uma visão válida, isso não abarca todas as novas realidades do século XXI, e ignora as importantes questões levantadas pelo feminismo negro e pelo feminismo pós-colonial, muitas vezes injustamente chamados de ‘dissidentes’.

A mercantilização da luta feminista por meio de campanhas publicitárias, produtos e celebridades também é face desse novo feminismo. Expor esses ideais é importante, e iniciativas que tornem a lógica feminista *mainstream* devem ser valorizados, principalmente por meio de porta-vozes que levam a mensagem de igualdade entre os gêneros a mulheres marginalizadas. A transformação do feminismo em uma ideologia *mainstream* também é reflexo da melhor-aceitação do tema entre jovens mulheres, fruto direto das lutas do movimento feminista de 2ª onda. Contudo, nota-se uma apropriação da linguagem feminista por empresas cujo objetivo não é a igualdade de gênero, mas sim aumentar os lucros em vendas – empoderamento torna-se algo que você pode comprar, usar e expor, como problematizado por Sarah Benet-Weiser (2015).

Com frequência, também, o feminismo propagado por celebridades e pela grande mídia carece de inclusão e diversidade cultural, étnica e econômica, reproduzindo a lógica neoliberal de que todos os homens são iguais em sua capacidade, à revelia dos processos históricos que construíram os privilégios de uns e dificultaram a ascensão de outros (Brady, 2016). Debate-se bastante, também, a dualidade entre liberdade sexual e objetificação – é possível diferenciá-las? Para muitas teóricas, de acordo com Anita Brady (2016: 8), não. A exposição do corpo feminino na grande mídia não atende a objetivos de liberalização realmente voltados para a igualdade de gênero, mesmo que a artista em questão acredite que *escolheu* se posicionar daquela maneira. Brady (2016: 2-3) exemplifica esse ponto ao expor a discussão entre Miley Cyrus e Sinnead O’Connor,

ambas cantoras estadunidenses. Para Cyrus, a nudez era empoderadora; para O'Connor, era apenas mais uma estratégia do grande capitalismo para vender, em uma continuação da política de *sex sells* disfarçada de empoderamento. Esta questão também é abordada à luz das “marchas das vadias” que ocorreram mundialmente. Kathy Miriam (2012) questiona se essa nudez é de fato revolucionária na medida em que se torna uma obrigação – ou, ainda, uma *escolha obrigada*. Neste caso, corre-se o risco de confundir a nudez voltada à emancipação com a nudez que corresponde à objetificação do corpo feminino.

O poder de escolha das mulheres foi movido para a primeira linha da pauta feminista nas últimas décadas. Enquanto o feminismo de 2ª onda buscava chamar atenção para as dificuldades das mulheres em realizar escolhas livremente, o feminismo atual, de acordo com Shelley Budgeon (2016), está voltado para a racionalização das escolhas que as mulheres estão efetivamente realizando. O termo ‘feminismo de escolha’, de acordo com a autora, foi criado por Linda Hirschmann em 2006 para definir aqueles que acreditam que a 2ª onda do feminismo de fato liberou as mulheres e acabou com a desigualdade de gênero (Budgeon, 2016: 5). Assim, há maior espaço para aceitar a escolha das mulheres de se tornarem donas-de-casa ou de realizarem cirurgias plásticas, por exemplo.

Acirrou-se, portanto, o debate que já existia no século XX sobre quais escolhas são frutos de uma vontade pessoal e racional e quais escolhas são frutos de uma falsa consciência gerada por inércia em uma hierarquia de gêneros. Entende-se como ‘poder de escolha’ a capacidade de tomar decisões livremente. No entanto, nem homens, nem mulheres são completamente livres quando vivem em sociedade. Além disso, a visão do feminismo como livre escolha pressupõe, geralmente, que todas as mulheres escolheriam da mesma maneira em uma mesma situação, uma vez que as homogeneiza pelo gênero (Budgeon, 2016: 8-9). Nesse caso, corre-se o risco de cair em uma feminilidade normativa, que desconsidera que mulheres não são um grupo homogêneo com interesses convergentes.

É importante notar, porém, que ao incorporar as noções de competição, sucesso profissional como empoderamento e busca pela felicidade por meio da perfeição, o feminismo adaptou-se ao pensamento corrente e conseguiu propagar-se para o ambiente *mainstream* da mídia, cinema e academia. Demoniza-se o neoliberalismo pela

precarização das relações sociais e do relacionamento entre Estado e indivíduo, mas a academia deveria reconhecer os ganhos imbuídos ao feminismo nessa aproximação: maior exposição e reconhecimento de seus ideais e história por um número maior das pessoas. Atualmente, igualdade de gênero faz parte da agenda de inúmeros países como política de Estado e não apenas de governo; é uma prioridade do sistema das Nações Unidas, está presente no discurso de inúmeras celebridades, que ajudam, ainda que de maneira precária, a normatizar a ideia de que não há diferença de capacidade entre homens e mulheres. O individualismo e a equalização entre sucesso profissional e empoderamento, porém, criam um ambiente de falsa igualdade, em um processo complexo de construção social que exacerba as clivagens identitárias que existem mesmo entre mulheres. Isso ocorre porque a aceitação de que existe um ideal de feminismo e um tipo de mulher que representa a “mulher empoderada e livre” reproduz noções calcadas em privilégios de raça e classe, principalmente em países onde a população não é racialmente homogênea.

Por fim, entende-se que o neoliberalismo e o feminismo construíram uma influência mútua, em que há benefícios e prejuízos para o movimento feminista, denotando uma relação mais complexa que uma simples instrumentalização do primeiro por parte do segundo. A política de identidades que se baseia no reconhecimento de gênero (Fraser, 2013) e a busca por autonomia individual podem ser interpretadas como uma reafirmação de agência pessoal e de recusa do senso de coletividade que foi base do movimento feminista. Por outro lado, essa autonomia pode levar à confusão entre emancipação e acomodação de valores patriarcais, dando apenas uma ‘falsa consciência’ de liberdade. Dessa maneira, tendo exposto as principais características do feminismo neoliberal e como se deu essa transformação, a próxima seção sintetizará essa relação de maneira a abarcar essa complexidade.

#### **4. A relação entre feminismo e neoliberalismo**

Feminismo e neoliberalismo, a partir da década de 1970, coexistem como movimentos intelectuais, sociais e político. Dessa maneira, sofrem influência um do outro e vivem uma relação complexa, com pontos de intersecção e pontos de discordância. Ao analisar a relação entre feminismo e neoliberalismo é possível compreender, também,

a profunda reverberação da *rationale* neoliberal no mundo – mais do que apenas um conjunto de políticas ou uma ideologia, o neoliberalismo atua como uma técnica de governo que afeta indivíduos e Estados. Consequentemente, o mesmo transformou o panorama e o funcionamento dos movimentos sociais.

Assim sendo, e considerando o exposto nas seções anteriores, propõe-se sintetizar a relação entre feminismo e neoliberalismo em três pontos principais de interação: (i) barganha, em que o feminismo se valeu dos espaços abertos pelo neoliberalismo para se adaptar e conseguir espaço para crescer, principalmente no âmbito do feminismo de celebridades; (ii) instrumentalização, em que o neoliberalismo se vale do movimento de liberação das mulheres para expandir seu domínio como técnica de governo principal e modo de governo da sociedade; e, por fim, (iii) reafirmação identitária, em que o a-exacerbação do indivíduo proporcionada pelo neoliberalismo propiciou a fragmentação do movimento feminista diante de várias pressões relacionadas a questões identitárias, assim fortalecendo o movimento ao redor do mundo e em todas as classes sociais, mas também enfraquecendo-o como movimento social unificado.

A palavra ‘barganha’ implica, necessariamente, que uma troca é realizada. No caso aqui analisado, o neoliberalismo, por seu poder de expansão e penetração em vários países, possui grande poder de barganha. Em troca de uma plastificação de sua mensagem de igualdade, o feminismo encontrou, no mercado neoliberal, um ambiente adequado para expandir-se de maneira que pelo menos a ideia mais simples de igualdade de gênero fosse adotada por Estados, organizações internacionais e indivíduos de grande influência. Nessa troca, porém, o feminismo perdeu a substância revolucionária que o levava ao lugar dos grandes movimentos sociais no século XX, tornando-se palatável ao mercado e ao individualismo neoliberal. Há também grandes concessões, em que atitudes consideradas anteriormente como anti-feministas, tal qual o acolhimento de feminilidade como empoderamento individual, se tornam parte da agenda e são normalizadas pelo mercado por meio de produtos e trocas comerciais.

Grande parte dos problemas identificados pelas autoras aqui abordadas são exemplo das concessões feitas pelo movimento feminista nas últimas décadas na busca para se tornar parte da conversa política *mainstream* – o feminismo de celebridades discutido por Shelley Budgeon (2016) e Anita Brady (2016), o individualismo e a busca pela felicidade por meio da perfeição debatido por Catherine Rottenberg (2013), a competição

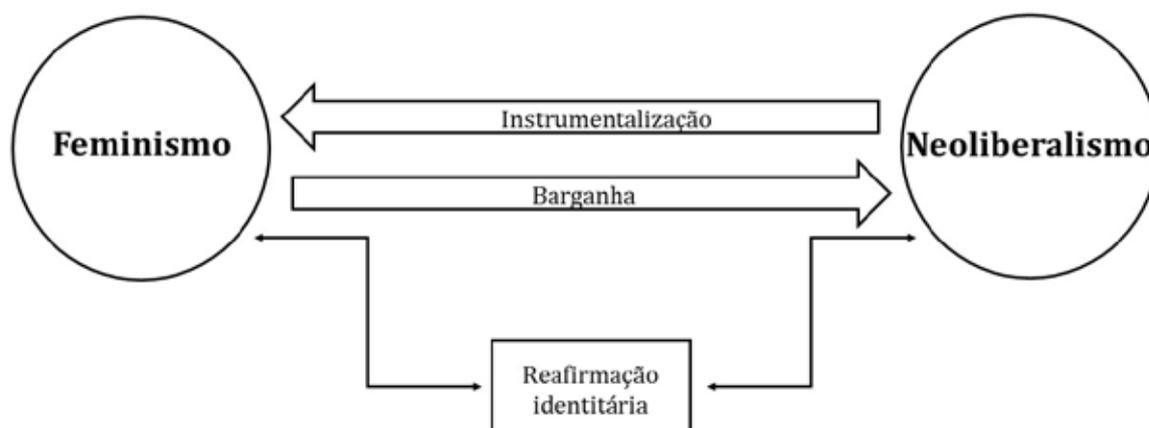
entre mulheres problematizada por Angela McRobbie (2015), o foco demasiado no Ocidente conforme exposto por Verónica Schild (2016) e a mercantilização da igualdade de gênero debatida por Sarah Benet-Weiser (2015).

Uma relação de barganha pressupõe que o movimento feminista teve alguma agência sobre seu envolvimento com o neoliberalismo. Contudo, defende-se aqui que o neoliberalismo também buscou infiltrar-se no feminismo de maneira a avançar sua própria agenda, beneficiando-se sem, necessariamente, beneficiar o movimento em nome do avanço da igualdade de gênero. Essa problemática é analisada por Sydney Calkin (2015), que nota uma instrumentalização do feminismo para o avanço do desenvolvimento liderado por empresas, da mercantilização do ideal de igualdade de gênero e do uso dessa mensagem para a expansão das técnicas de governo neoliberais.

A mudança recente no foco feminista para a mulher como indivíduo, e não como classe, atende a essas técnicas. Essa mudança também exacerbou as relações identitárias entre homens e mulheres e entre as próprias mulheres, trazendo para à frente do feminismo questões importantes de classe, raça, etnia e cultura. A maior proximidade entre os indivíduos gerada pela globalização, e a pulverização gradual das fronteiras do Estado-nação, colaborou para este processo. Nesse caso, há também crescente pressão sobre o próprio feminismo e sobre o modelo de governo neoliberal – o ideal feminista de que todas as mulheres são iguais a todos os homens não comporta os processos históricos frutos da escravidão negra, por exemplo, ou do conflito cultural entre o ocidente e o povo muçulmano; ao mesmo tempo, a presença de tantas identidades individuais diversas questiona a legitimidade das democracias representativas mundo afora, criando cenários de ruptura entre Estado e indivíduo.

Esses três pontos principais do relacionamento entre neoliberalismo e feminismo podem ser exemplificados na figura a seguir:

**Figura 1: Síntese do relacionamento**



Nota-se que o feminismo possui a iniciativa – e a necessidade – de barganhar, enquanto o neoliberalismo busca a instrumentalização. Ambos são afetados pelas reações de reafirmação identitária.

Com vistas ao desposto, é possível afirmar que a relação entre feminismo e neoliberalismo é complexa e deve ser analisada de maneira objetiva: ainda que haja claros danos à mensagem de igualdade de gênero dentro de um contexto neoliberal, esse mesmo contexto permitiu que a mensagem fosse divulgada e espalhada por todo o mundo. A acentuação das identidades individuais também permitiu que o feminismo se tornasse um movimento poroso, permeado pela influência que outras identidades possuem na identidade de gênero, de acordo com o conceito de interseccionalidade<sup>2</sup> (Collins, 2015).

<sup>2</sup> Deve-se notar que o conceito de *interseccionalidade* é também problemático. Se é necessário inserir um recorte, ou atribuir interseccionalidade a um assunto, isso se deve à sua estrutura originalmente excludente.

## 5. Conclusão

Buscou-se, neste trabalho, apresentar os principais efeitos do neoliberalismo sobre a o movimento feminista por meio de suas implicações na racionalidade humana e na construção dos indivíduos submetidos a políticas neoliberais. Para tanto, apresentou-se uma análise histórica do termo *neoliberalismo* e seus diferentes significados. Seus efeitos sobre a consciência individual e os movimentos sociais são explicados pela noção foucaultiana de governamentalidade, que mostra como uma técnica de governo altera permanentemente a relação entre Estado e indivíduo e o entendimento do próprio indivíduo sobre si mesmo e sobre sua vida.

O movimento feminista e o neoliberalismo compartilharam do mesmo entendimento anti-estatal nas décadas de 1970 e 1980, fazendo com que ambos se desenvolvessem juntos e terminassem por criar uma relação complexa de troca e instrumentalização. O homem econômico levou ao desenvolvimento da “mulher econômica”, em que a mulher livre abarca características individualistas, carreiristas e assume todas as responsabilidades sobre o próprio bem-estar, à revelia de dificuldades estruturais que existem em todas as sociedades. A ideia de competição também é trazida para o centro do movimento, e todas as mulheres são chamadas a se adequar a um ideal de perfeição para serem dignas da igualdade de gênero propagandeada por diferentes marcas e celebridades. Um marco deste novo feminismo é a publicação do livro semiautobiográfico *Faça Acontecer*, da executiva Sheryl Sandberg.

Dessa maneira, é possível sintetizar essa relação em três principais pontos. Primeiro, identifica-se a relação de barganha, em que o feminismo busca o neoliberalismo em uma relação de troca, de maneira a expandir sua mensagem de igualdade de gênero e alcançar mais pessoas e mais setores da sociedade. Nesse caso, o feminismo perde na consistência de sua mensagem, uma vez que boa parte dela é comprometida pela aceitação de noções patriarcais repaginadas como empoderamento. Do outro lado, nota-se também uma instrumentalização do feminismo por parte do neoliberalismo como técnica de governo e ideologia, que se vale da mensagem de igualdade de gênero para expandir sua *rationale* entre as mulheres. O resultado desses dois processos é a reafirmação identitária, uma situação complexa em que o individualismo leva à acentuação de identidades interseccionais que, de um lado, fortalecem o feminismo ao torná-lo

mais aberto a de fato todas as mulheres, mas também o enfraquecem ao diminuir a importância da identificação de gênero. Por fim, entende-se que a discussão sobre o impacto do neoliberalismo sobre o feminismo e outros movimentos sociais identitários deve ser melhor estudada e explorada, uma vez que os efeitos das técnicas de governo neoliberais se fazem sentir com mais força na contemporaneidade.

## 6. Referências bibliográficas

- Banet-Weiser, Sarah. 2015. 'Confidence you can carry!': girls in crisis and the market for girls.' *Continuum: Journal of Media & Cultural Studies*, 29(2), pp. 182–193.
- Beneria, Lourdes. 1979. Reproduction, production and the sexual division of labour. *Cambridge Journal of Economics*, 3(3), pp. 203-225.
- Brady, Anita. 2016. Taking time between g-string changes to educate ourselves: Sinéad O'Connor, Miley Cyrus, and celebrity feminism. *Feminist Media Studies*, 16(3) p. 429-444.
- Budgeon, Shelley. 2015. Individualised Femininity and Feminist Politics of Choice. *The European Journal of Women's Studies*, 22(3), pp. 303-318.
- Calkin, Sydney. 2015. Feminism, interrupted? Gender and development in the era of 'Smart Economics'. *Progress in Development Studies* 15(4), pp. 295–307.
- Collins, Patricia Hill. 2015. Intersectionality's definitional dilemmas. *The Annual Review of Sociology*, 41, pp. 3.1-3.20.
- Cruz, Sebastião Carlos Velasco. 2007. Reformas econômicas nos países estudados. In: *Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia*. São Paulo: UNESP, pp. 73-128.
- Dardot, Pierre; Laval, Christian. 2013. *The new way of the world: on neoliberal society*. Londres: Verso.
- Evans, Elizabeth. 2015. What Makes a (Third) Wave? *International Feminist Journal of Politics* 18(3), pp. 409-428.
- Fiori, José L. 1997. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, M.C; FIORI, J. (orgs.) *Poder e dinheiro*. Petrópolis: Vozes, p. 87-147.
- Fraser, Nancy. 2009. Feminism, capitalism and the cunning of History. *New Left Review*, 56, pp.97-117.

- Fraser, Nancy. 2013. *Fortunes of feminism: from state-managed capitalism to a neoliberal crisis*. Londres: Verso.
- Fraser, Nancy. How feminism became capitalism's handmaiden – and how to reclaim it. 14 de outubro de 2013. *The Guardian*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2013/oct/14/feminism-capitalist-handmaiden-neoliberal>. Acesso em 04 de novembro de 2016.
- Harvey, David. 2005. *A brief history of neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press.
- Foucault, Michel. 1997. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*, Rio de Janeiro: Zahar. Tradução: Andrea Daher.
- Lemke, Thomas. 2001. The birth of bio-politics': Michel Foucault's lecture at the Collège de France on neo-liberal governmentality. *Economy and Society*, 30(2), 190-207, 2001.
- McRobbie, Angela. 2015. Notes on the perfect: Competitive Femininity in Neoliberal Times. *Australian Feminist Studies*, empowerment organizations. *Continuum: Journal of Media & Cultural Studies*, 30(83), pp. 3–20, 2015.
- Miriam, Kathy. 2012. Feminism, neoliberalism and SlutWalk. *Feminist Studies*, 38(1), pp. 262-266.
- Newman, Janet (2012). *Working the Spaces of Power: activism, neoliberalism and gendered labour*. Londres: Bloomsbury, 2012.
- Panitch, L.; Gindin, S. 2007. The Making of global capitalism. London: Verso, 2012, p. 223-245
- Pereira, João M. 2015. Continuidade, Ruptura ou Reciclagem? Uma Análise do Programa Político do Banco Mundial após o Consenso de Washington. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 58(2), p. 461-498.
- Rodrick, D. 2007. *One Economics, Many Recipes. Globalization, Institutions and Economic Growth*. New Jersey: Princeton University Press.
- Rottenberg, Catherine. 2014. The Rise of Neoliberal Feminism. *Cultural Studies*, 28(3), pp. 418-437.
- Roy, Ravi K.; Steger, Manfred B. 2010. *Neoliberalism: a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- Sandberg, Sheryl. 2013. *Lean in: Women, work and the will to lead*. Nova York: Alfred A. Knoff.
- Santos, Boaventura de Souza. 2002. Os processos da globalização. In: \_\_\_\_\_. (org.) *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, p. 25-102.
- Schild, Verónica. 2016. Feminismo e neoliberalismo na América Latina. *Revista Outubro, edição*

*mulheres*, 26, 2016.

Slaughter, Anne-Marie. 2012. Why women still can't have it all. *The Atlantic*. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/magazine/archive/2012/07/why-women-still-cant-have-it-all/309020/>>. Acesso em 24 de set. 2017.

Weiss, L. 2012. The Myth of the Neoliberal State. In: C. Kyung-Sup et al. (eds.), *Developmental Politics in Transition*. London: Palgrave, p. 27-42.

Recebido: 2/09/2017

Aceito: 1/12/2017